

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	18
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	34

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	94
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	96
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	293.415
Preferenciais	0
Total	293.415
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.797
Preferenciais	0
Total	1.797

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2014	Dividendo	30/06/2014	Ordinária		0,19661

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.992.602	1.856.855
1.01	Ativo Circulante	678.740	717.264
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	134	160
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	134	160
1.01.02	Aplicações Financeiras	614.707	654.505
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	614.707	654.505
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	95.277	100.846
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras - CVM	367.564	408.475
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	151.866	145.184
1.01.07	Despesas Antecipadas	77	122
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63.822	62.477
1.01.08.03	Outros	63.822	62.477
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	1.427	1.074
1.01.08.03.02	Adiantamento de Funcionários/terceiros	19	19
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	58.118	58.118
1.01.08.03.04	Juros s/ Capital Próprio	1.275	1.275
1.01.08.03.05	Outros	1.317	1.340
1.01.08.03.06	Impostos e Contribuições	1.666	651
1.02	Ativo Não Circulante	1.313.862	1.139.591
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.865	9.238
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.865	9.238
1.02.01.09.03	Outros	566	586
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições	5.723	6.483
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	2.576	2.169
1.02.02	Investimentos	1.303.884	1.127.596
1.02.02.01	Participações Societárias	1.303.884	1.127.596
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.303.884	1.127.596
1.02.03	Imobilizado	754	2.356
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	754	2.356
1.02.04	Intangível	359	401
1.02.04.01	Intangíveis	359	401
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	359	401

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.992.602	1.856.855
2.01	Passivo Circulante	106.591	98.161
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	135	135
2.01.01.01	Obrigações Sociais	31	31
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	104	104
2.01.02	Fornecedores	42	483
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	42	483
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.816	2.156
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.811	2.152
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.789	2.159
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	22	-7
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5	4
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	5	4
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	38.484	31.246
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	38.484	31.246
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	38.484	31.246
2.01.05	Outras Obrigações	64.114	64.141
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.192	4.218
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	4.192	4.218
2.01.05.02	Outros	59.922	59.923
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	58.118	58.118
2.01.05.02.04	Outros	1.804	1.805
2.02	Passivo Não Circulante	238.889	241.052
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	233.639	235.352
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	233.639	235.352
2.02.02	Outras Obrigações	5.250	5.700
2.02.02.02	Outros	5.250	5.700
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	5.250	5.700
2.03	Patrimônio Líquido	1.647.122	1.517.642
2.03.01	Capital Social Realizado	983.835	983.835
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.010.687	1.010.687
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-26.852	-26.852
2.03.02	Reservas de Capital	124.700	120.981
2.03.02.04	Opções Outorgadas	28.135	24.416
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	96.565	96.565
2.03.04	Reservas de Lucros	412.826	412.826
2.03.04.01	Reserva Legal	31.498	31.498
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	392.676	392.676
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-11.348	-11.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	125.761	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	119.332	64.708
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.212	-2.827
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	449	407
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	121.095	67.128
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	119.332	64.708
3.06	Resultado Financeiro	8.077	1.934
3.06.01	Receitas Financeiras	15.749	7.453
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.672	-5.519
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	127.409	66.642
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.648	0
3.08.01	Corrente	-1.648	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	125.761	66.642
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	125.761	66.642
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00043	0,00023
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00043	0,00023

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	125.761	66.642
4.03	Resultado Abrangente do Período	125.761	66.642

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.481	-3.254
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-337	-2.098
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	127.409	66.642
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	632	632
6.01.01.03	Amortização dos Custos de Captação	334	183
6.01.01.04	Valor Residual Baixado do Imobilizado e Intangível	1.012	0
6.01.01.05	Rendimento sobre Aplicações financeiras	-15.707	-7.413
6.01.01.06	Apropriação de Convênios	-450	-450
6.01.01.07	Jrs s/ Empréstimos e Financiamentos	7.528	5.436
6.01.01.08	Equivalência Patrimonial	-121.095	-67.128
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.144	-1.156
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Outros Ativos	21	-241
6.01.02.02	(Aumento) redução em adiantamentos a funcionários/terceiros	0	5
6.01.02.03	(Aumento) redução de despesas antecipadas	45	471
6.01.02.04	(Aumento) redução de impostos e contribuições	-255	-203
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Fornecedores	-441	-387
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	13	50
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Salários e Encargos Sociais	0	-5
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-1	3
6.01.02.09	Aumento (Redução) Ativo não Circulante	20	17
6.01.02.10	Aumento em depósitos judiciais	-407	-12
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos	-1.139	-854
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.652	-588.324
6.02.01	Aplicações Financeiras	55.505	-559.031
6.02.02	Intangível	0	-4
6.02.03	Investimento em Empresa Controladas	-14.999	-55.845
6.02.04	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-36.475	26.085
6.02.05	Mútuo com controladas	-379	471
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.197	591.555
6.03.01	Aumento de Capital	0	616.858
6.03.02	Gastos com emissão de ações	0	-20.578
6.03.03	Aumento líquido de empréstimos e financiamentos	-1.197	-4.725
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26	-23
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	160	132
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	134	109

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	983.835	109.633	424.174	0	0	1.517.642
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	983.835	109.633	424.174	0	0	1.517.642
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.719	0	0	0	3.719
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.719	0	0	0	3.719
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	125.761	0	125.761
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	125.761	0	125.761
5.07	Saldos Finais	983.835	113.352	424.174	125.761	0	1.647.122

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	596.280	1.379	0	0	0	597.659
5.04.01	Aumentos de Capital	616.858	0	0	0	0	616.858
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-20.578	0	0	0	0	-20.578
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.379	0	0	0	1.379
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.016	0	0	0	-4.016
5.04.08	Opção Recompra Ações	0	4.016	0	0	0	4.016
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.642	0	66.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.642	0	66.642
5.07	SalDOS Finais	962.780	104.329	237.585	66.642	0	1.371.336

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-846	-1.628
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-846	-1.628
7.03	Valor Adicionado Bruto	-846	-1.628
7.04	Retenções	-966	-815
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-966	-815
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.812	-2.443
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	137.292	75.031
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	121.095	67.128
7.06.02	Receitas Financeiras	15.749	7.453
7.06.03	Outros	448	450
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	135.480	72.588
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	135.480	72.588
7.08.01	Pessoal	296	320
7.08.01.01	Remuneração Direta	296	320
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.751	106
7.08.02.01	Federais	1.751	106
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.672	5.520
7.08.03.01	Juros	7.672	5.520
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	125.761	66.642
7.08.04.02	Dividendos	0	27.698
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	125.761	38.944

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.324.618	2.138.651
1.01	Ativo Circulante	1.427.178	1.270.001
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.443	7.132
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	10.443	7.132
1.01.02	Aplicações Financeiras	747.654	732.051
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	747.654	732.051
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	99.428	107.692
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras	488.806	470.534
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	159.420	153.825
1.01.03	Contas a Receber	435.173	334.632
1.01.07	Despesas Antecipadas	48.208	57.515
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	185.700	138.671
1.01.08.03	Outros	185.700	138.671
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	259	259
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários / Terceiros	33.767	33.442
1.01.08.03.03	Outros	26.246	26.319
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições	57.790	30.004
1.01.08.03.05	Contas a Compensar - Sistema FIES	67.638	48.647
1.02	Ativo Não Circulante	897.440	868.650
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	174.564	163.507
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.571	16.999
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.571	16.999
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.012	2.554
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.012	2.554
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	153.981	143.954
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	113.499	104.058
1.02.01.09.04	Outros	14.749	14.262
1.02.01.09.05	Impostos e Contribuições	25.733	25.634
1.02.02	Investimentos	228	228
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	228	228
1.02.03	Imobilizado	347.113	335.614
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	311.167	303.310
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	11.349	12.767
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	24.597	19.537
1.02.04	Intangível	375.535	369.301
1.02.04.01	Intangíveis	375.535	369.301
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	146.024	139.266
1.02.04.01.03	Ágio	229.511	230.035

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.324.618	2.138.651
2.01	Passivo Circulante	344.846	290.109
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	124.671	79.672
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.282	23.184
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	104.389	56.488
2.01.02	Fornecedores	40.295	40.429
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.295	40.429
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	40.295	40.429
2.01.03	Obrigações Fiscais	46.092	35.517
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.397	22.305
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.892	19.667
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a Pagar	729	759
2.01.03.01.03	IOF	384	384
2.01.03.01.04	Parcelamento de Tributos	1.392	1.495
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	16.695	13.212
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	16.695	13.212
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	43.658	36.692
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	43.658	36.692
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	43.658	36.692
2.01.05	Outras Obrigações	90.130	97.799
2.01.05.02	Outros	90.130	97.799
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	58.118	58.118
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	3.917	11.090
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	22.266	22.206
2.01.05.02.06	Outros	5.829	6.385
2.02	Passivo Não Circulante	332.650	330.900
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	236.390	238.214
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	236.390	238.214
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	236.390	238.214
2.02.02	Outras Obrigações	42.270	41.845
2.02.02.02	Outros	42.270	41.845
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	8.419	9.141
2.02.02.02.04	Parcelamento de Tributos	6.650	6.939
2.02.02.02.05	Compromissos a Pagar	17.750	17.266
2.02.02.02.06	Outros	9.451	8.499
2.02.03	Tributos Diferidos	11.389	8.366
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.389	8.366
2.02.04	Provisões	42.601	42.475
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.327	28.380
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	28.327	28.380
2.02.04.02	Outras Provisões	14.274	14.095
2.02.04.02.04	Provisão para Desmobilização de Ativos	14.274	14.095
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.647.122	1.517.642
2.03.01	Capital Social Realizado	983.835	983.835
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.010.687	1.010.687
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-26.852	-26.852

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02	Reservas de Capital	124.700	120.981
2.03.02.04	Opções Outorgadas	28.135	24.416
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	96.565	96.565
2.03.04	Reservas de Lucros	412.826	412.826
2.03.04.01	Reserva Legal	31.498	31.498
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	392.676	392.676
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-11.348	-11.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	125.761	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	538.205	413.254
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-308.718	-242.613
3.03	Resultado Bruto	229.487	170.641
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-119.564	-101.617
3.04.01	Despesas com Vendas	-48.602	-42.942
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-74.180	-62.179
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.218	3.504
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	109.923	69.024
3.06	Resultado Financeiro	25.361	-1.680
3.06.01	Receitas Financeiras	40.535	11.337
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.174	-13.017
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	135.284	67.344
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.523	-702
3.08.01	Corrente	-7.342	-3.030
3.08.02	Diferido	-2.181	2.328
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	125.761	66.642
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	125.761	66.642
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	125.761	66.642
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00043	0,00023
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00043	0,00023

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	125.761	66.642
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	125.761	66.642
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	125.761	66.642

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	39.613	22.479
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	163.697	97.904
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício / Período	135.284	67.344
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	19.184	17.856
6.01.01.03	Amortização dos Custos de Captação	334	183
6.01.01.04	Valor Residual Baixado do Imobilizado e Intangível	629	166
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	15.485	14.802
6.01.01.06	Opções Outorgadas	3.719	1.379
6.01.01.07	Rendimentos sobre Aplicações	-18.816	-8.212
6.01.01.08	Provisão para Contingências	-53	282
6.01.01.09	Apropriação de convênios	-722	-722
6.01.01.10	Atualização de Compromissos a Pagar	933	-817
6.01.01.11	Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	7.528	5.436
6.01.01.12	Atualização da Provisão para Desmobilização	192	207
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-124.084	-75.425
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-116.026	-82.510
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-18.920	-1.921
6.01.02.03	(Aumento) Redução Adiantamentos a Funcionários / Terceiros	-325	1.810
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	9.307	-6.229
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Impostos e Contribuições	-28.457	-2.338
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-134	-6.326
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	1.156	3.515
6.01.02.08	Aumento em Salários e Encargos Sociais	44.999	28.179
6.01.02.09	(Redução) Mensalidades Recebidas Antecipadamente	-7.173	-4.145
6.01.02.10	(Redução) na Provisão para Contingências	0	283
6.01.02.11	Provisão com Obrigações Desmobilização de Ativos	-13	0
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Passivos	3.419	-462
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Parcelamentos de Tributos	-392	-502
6.01.02.14	Aumento (Redução) no Ativo Não Circulante	-945	-636
6.01.02.15	Aumento em Depósitos Judiciais	-9.441	-2.043
6.01.02.16	Juros pagos de Empréstimos	-1.139	-854
6.01.02.17	IRPJ e CSLL Pagos	0	-1.246
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-34.722	-612.824
6.02.01	Aplicações Financeiras	3.213	-598.544
6.02.02	Imobilizado	-24.589	-4.895
6.02.03	Intangível	-12.957	-8.861
6.02.04	Aquisição de Controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	0	-524
6.02.05	Compromissos a Pagar	-389	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.580	590.608
6.03.01	Aumento de Capital	0	616.858
6.03.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-20.578
6.03.03	Aumento de Empréstimos e Financiamentos	-1.580	-5.672
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.311	263
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.132	18.132

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2014 à 31/03/2014	01/01/2013 à 31/03/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.443	18.395

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	983.835	109.633	424.174	0	0	1.517.642	0	1.517.642
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	983.835	109.633	424.174	0	0	1.517.642	0	1.517.642
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.719	0	0	0	3.719	0	3.719
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.719	0	0	0	3.719	0	3.719
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	125.761	0	125.761	0	125.761
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	125.761	0	125.761	0	125.761
5.07	Saldos Finais	983.835	113.352	424.174	125.761	0	1.647.122	0	1.647.122

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035	0	707.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035	0	707.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	596.280	1.379	0	0	0	597.659	0	597.659
5.04.01	Aumentos de Capital	616.858	0	0	0	0	616.858	0	616.858
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-20.578	0	0	0	0	-20.578	0	-20.578
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.379	0	0	0	1.379	0	1.379
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.016	0	0	0	-4.016	0	-4.016
5.04.08	Opção Recompra Ações	0	4.016	0	0	0	4.016	0	4.016
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.642	0	66.642	0	66.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.642	0	66.642	0	66.642
5.07	Saldos Finais	962.780	104.329	237.585	66.642	0	1.371.336	0	1.371.336

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	543.199	415.796
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	555.564	428.364
7.01.02	Outras Receitas	3.120	2.234
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.485	-14.802
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-88.044	-74.971
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-88.097	-74.689
7.02.04	Outros	53	-282
7.03	Valor Adicionado Bruto	455.155	340.825
7.04	Retenções	-19.517	-18.039
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.517	-18.039
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	435.638	322.786
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.753	14.841
7.06.02	Receitas Financeiras	40.535	11.337
7.06.03	Outros	3.218	3.504
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	479.391	337.627
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	479.391	337.627
7.08.01	Pessoal	230.044	169.861
7.08.01.01	Remuneração Direta	210.213	153.625
7.08.01.02	Benefícios	5.923	5.272
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.908	10.964
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	67.146	56.691
7.08.02.01	Federais	44.223	36.884
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	22.922	19.806
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.440	44.433
7.08.03.01	Juros	15.174	13.017
7.08.03.02	Aluguéis	41.266	31.416
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	125.761	66.642
7.08.04.02	Dividendos	0	27.698
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	125.761	38.944

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) apresenta o Comentário do Desempenho referente ao período findo em 31 de março de 2014 ou primeiro trimestre de 2014 (1T14).

Base de Alunos

A Estácio encerrou o 1T14 com uma base de alunos de 394,5 mil (20,7% acima do registrado no 1T13), dos quais 316,1 mil matriculados nos cursos presenciais e 78,4 mil nos cursos de ensino a distância. No conceito *same shops* (desconsiderando as aquisições realizadas nos últimos doze meses), a base de alunos cresceu 19,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 1 – Base de Alunos Total*

Em mil	1T13	1T14	Var.
Presencial	265,3	311,6	17,5%
Graduação	253,9	298,3	17,5%
Pós-graduação	11,4	13,3	16,7%
EAD	61,5	78,4	27,5%
Graduação	59,4	73,0	22,9%
Pós-graduação	2,1	5,4	157,1%
Base de Alunos <i>same shops</i>	326,8	390,0	19,3%
Aquisições nos últimos 12 meses	-	4,5	N.A.
Base de Alunos Total - Final	326,8	394,5	20,7%
Número de Campi	76	80	5,3%
Alunos Presenciais por Campus	3.491	3.895	11,6%
Número de Pólos	52	52	0,0%
Alunos EAD por Pólo	1.183	1.508	27,5%

Nota: Aquisições dos últimos 12 meses referem-se aos alunos das seguintes instituições: FACITEC e ASSESC.

*Aquisições de 2012 já completaram um ano e estão consolidadas na base de alunos *same-shops*.*

Ao final de março, a **base de alunos de graduação presencial** da Estácio totalizava 302,8 mil alunos, 19,3% a mais do que no mesmo período do ano anterior. No conceito *same shops*, desconsiderando instituições adquiridas nos últimos doze meses (FACITEC e ASSESC), o crescimento da base de alunos foi de 17,5%.

A captação da graduação presencial atingiu a marca de 105,7 mil alunos, um crescimento de 23,9% frente ao 1T13. Esses números já contam com os 6,7 mil alunos que se transferiram da Gama Filho e Univercidade. Vale destacar que os 6,7 mil alunos já tiveram parte das suas mensalidades faturadas no primeiro trimestre, o que contribuiu para o nosso crescimento de receita, mas tal processo entrará “em regime” apenas no segundo trimestre, quando então teremos uma melhor visibilidade do impacto das transferências nos nossos resultados.

A taxa de renovação atingiu 86,6% no 1T14, uma melhora de 0,2 p.p. em relação ao 1T13, principalmente em razão da mudança de processo e consequente antecipação da não renovação que fizemos no 4T13, que compensou a maior evasão esperada em virtude do alto percentual de alunos nos 1º e 2º períodos que atualmente compõem a nossa base.

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Comentário do Desempenho

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação)*

Em mil	1T13	1T14	Var.
Saldo Inicial de Alunos	209,9	239,4	14,0%
(+/-) Aquisições nos últimos 12 meses (até 4T)	-	(4,5)	N.A.
(-) Formandos	(14,7)	(12,5)	-15,0%
Base Renovável	195,2	222,4	13,9%
(+) Captação	85,3	105,7	23,9%
(-) Não Renovação	(26,6)	(29,8)	12,0%
Base de Alunos same shops	253,9	298,3	17,5%
(+) Aquisições nos últimos 12 meses (até 1T)	-	4,5	N.A.
Saldo Final de Alunos	253,9	302,8	19,3%

A **base de alunos de graduação EAD** cresceu 22,9% sobre o mesmo período do ano anterior para um total de 73,0 mil alunos. A captação EAD no 1T14 trouxe 29,0 mil alunos novos alunos para a nossa base, um aumento de 21,8% em relação ao apresentado no 1T13.

Devemos destacar a melhora de 4,2 p.p. na taxa de renovação do segmento, que atingiu 81,8%. Essa melhora vem bastante em linha com nossas expectativas, em consequência do processo natural de maturação da base e também da mudança processual (detalhada na divulgação do 4T13), que acabou antecipando a não renovação destes alunos, ressaltando que o maior impacto desta mudança, em termos de número de alunos, se deu exatamente na modalidade EAD.

Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação)*

Em mil	1T13	1T14	Var.
Saldo Inicial de Alunos	46,1	55,5	20,4%
(-) Formandos	(0,2)	(1,7)	750,0%
Base Renovável	45,9	53,8	17,2%
(+) Captação	23,8	29,0	21,8%
(-) Não Renovados/evasão	(10,3)	(9,8)	-5,0%
Saldo Final de Alunos	59,4	73,0	22,9%

Receita Operacional

A **receita operacional líquida** totalizou R\$538,2 milhões no 1T14, aumento de 30,2% respectivamente, em função do crescimento de 20,7% na base de alunos e da variação positiva no valor do ticket médio presencial no trimestre.

Tabela 4 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
Receita Operacional Bruta	613,8	793,7	29,3%
Mensalidades	607,4	786,2	29,4%
Outras	6,4	7,5	17,2%
Deduções da Receita Bruta	(200,5)	(255,5)	27,4%
Descontos e Bolsas	(180,6)	(223,8)	23,9%
Impostos	(18,4)	(21,4)	16,3%
FGEDUC	(1,6)	(10,3)	543,8%
% Descontos e Bolsas/ Receita Operacional Bruta	29,4%	28,2%	-1,2 p.p.
Receita Operacional Líquida	413,3	538,2	30,2%

No 1T14, o **ticket médio presencial** cresceu 10,0%, acima da inflação prevista para 2014, refletindo nossa capacidade contínua de repassar preços de modo sustentável. Tal aumento nesse trimestre é justificado pela nossa política de

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Comentário do Desempenho

aumento de preços acima da inflação em algumas praças específicas, bem como por um efeito mix que, entre outros fatores, decorre da escolha que os alunos do FIES vem fazendo por cursos de maior valor agregado, notoriamente nas áreas de Engenharia e Saúde.

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio Mensal no 1T14 – Presencial

Em mil	1T13	1T14	Var.
Base de Alunos de Graduação Presencial	253,9	302,8	19,3%
(-) Evasão	(8,2)	(11,0)	34,1%
(=) Base de Alunos de Graduação Presencial Geradora de Receita	245,7	291,8	18,8%
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação Presencial	11,4	13,3	16,7%
(=) Base de Alunos Presencial Geradora de Receita	257,1	305,1	18,7%
Receita Bruta Presencial (R\$ milhões)	558,8	730,0	30,6%
Deduções Presencial (R\$ milhões)	(180,9)	(236,7)	30,8%
Receita Líquida Presencial (R\$ milhões)	377,9	493,3	30,5%
Ticket Médio Presencial (R\$)	490,0	538,9	10,0%

Obs.: O cálculo do ticket médio não considera a receita da Academia do Concurso.

O **ticket médio EAD** ficou estável em relação ao ano passado, apresentando variação negativa de 0,4% no 1T14, em função do aumento do número de alunos cursando o “EAD Mais” (opção que dilui a matriz curricular do curso e, consequentemente, o valor ao longo de mais dois semestres) e da nossa política de reposicionamento de preço dos cursos a distância em algumas praças, a fim de adequar nossos valores às realidades de cada local.

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio Mensal no 1T14 – EAD

Em mil	1T13	1T14	Var.
Base de Alunos de Graduação EAD	59,4	73,0	22,9%
(-) Evasão	(3,0)	(3,6)	20,0%
(=) Base de Alunos de Graduação EAD Geradora de Receita	56,4	69,4	23,0%
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação EAD	2,1	5,4	157,1%
(=) Base de Alunos EAD Geradora de Receita	58,5	74,8	27,9%
Receita Bruta EAD (R\$ milhões)	53,4	61,9	15,9%
Deduções EAD (R\$ milhões)	(19,4)	(18,6)	-4,1%
Receita Líquida EAD (R\$ milhões)	34,0	43,3	27,3%
Ticket Médio EAD (R\$)	193,7	192,9	-0,4%

Custo dos Serviços Prestados

No 1T14, o **custo caixa como percentual da receita líquida** apresentou melhora de 0,9 p.p. em relação ao registrado no 1T13, basicamente como resultado dos ganhos:

- (i) de 0,8 p.p. em “Serviços de Terceiros”, em função de um processo de desterceirização dos serviços de segurança e vigilância em nossas unidades, que começou a beneficiar essa linha com contrapartida na conta de “Pessoal”, além também da nossa melhor gestão de contratos com terceiros; e
- (ii) de 0,5 p.p. na linha de “Material Didático”.

O ganho de 0,2 p.p. em “Pessoal e encargos”, abaixo do que apresentamos nos últimos trimestres, pode ser explicado por três fatores:

- (i) A desterceirização dos serviços de segurança e vigilância em nossas unidades mencionada acima, que impactou essa rubrica devido à contratação de pessoal;

Comentário do Desempenho

- (ii) Custos iniciais com a contratação de equipe e docentes tanto para as turmas de cursos técnicos do Pronatec quanto para receber os alunos vindos da Gama Filho e Univercidade, que já impactaram o 1T14, ao passo que ainda não contribuíram na sua totalidade para a geração de receita;
- (iii) O aumento no montante de acordos trabalhistas nesse trimestre, que passou de cerca de R\$5 milhões no 1T13 para aproximadamente R\$14 milhões no 1T14, o que acabou consumindo 1,6 pontos percentuais de margem. Tal aumento reflete uma abordagem mais proativa na resolução de nossas questões trabalhistas, a qual deverá se prolongar ao longo de 2014, para então retornar a níveis mais alinhados com a média histórica a partir de 2015, visto que há uma clara tendência de queda nas condenações que sofremos no âmbito trabalhista.

Já o aumento na rubrica de “Aluguéis” acima do ritmo observado nos últimos trimestres decorre basicamente de quatro fatores:

- (i) 5 novos campi em comparação com o 1T13 (duas aquisições, FACITEC e ASSESC; e três *greenfields*, Parangaba, Angra dos Reis e Teresópolis), para um valor a maior de R\$1,3 milhão;
- (ii) A estratégia de revisão dos contratos variáveis (como percentual da receita) para contratos fixos. Em comparação com o 1T13, 9 contratos relevantes passaram por essa alteração, o que significou um montante de R\$2,8 milhões. No médio e longo prazos, acreditamos que essas mudanças trarão ganhos de margem significativos, uma vez que temos trabalhado muito para melhorar a ocupação dos nossos campi através do crescimento da nossa plataforma de EAD, da criação de programas como o Pronatec, e de um planejamento acadêmico cada vez mais eficiente;
- (iii) Reajustes para a inflação previstos em contrato, num montante de R\$4,0 milhões;
- (iv) Os contratos de aluguel ainda atrelados à receita, que acabam aumentando no ritmo similar ao nosso crescimento de receita, que foi de 30%.

Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(231,0)	(295,9)	28,1%
Pessoal	(179,4)	(232,1)	29,4%
Pessoal e encargos	(147,7)	(191,4)	29,6%
INSS	(31,7)	(40,7)	28,4%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(30,5)	(43,3)	42,0%
Material didático	(7,0)	(6,5)	-7,1%
Serviços de terceiros e outros	(14,1)	(14,0)	-0,7%

Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

%em relação à receita operacional líquida	1T13	1T14	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	-55,9%	-55,0%	0,9 p.p.
Pessoal	-43,4%	-43,1%	0,3 p.p.
Pessoal e encargos	-35,7%	-35,5%	0,2 p.p.
INSS	-7,7%	-7,6%	0,1 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	-7,4%	-8,0%	-0,6 p.p.
Material didático	-1,7%	-1,2%	0,5 p.p.
Serviços de terceiros e outros	-3,4%	-2,6%	0,8 p.p.

Tabela 9 – Reconciliação do Custo

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(231,0)	(295,9)	28,1%
(+) Depreciação	(11,6)	(12,9)	11,2%
Custos dos Serviços Prestados	(242,6)	(308,7)	27,2%

Comentário do Desempenho

Lucro Bruto

Tabela 10 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
Receita operacional líquida	413,3	538,2	30,2%
Custos dos serviços prestados	(242,6)	(308,7)	27,2%
Lucro Bruto	170,6	229,5	34,5%
(-) Depreciação	11,6	12,9	11,2%
Lucro Bruto Caixa	182,2	242,4	33,0%
Margem Bruta Caixa	44,1%	45,0%	0,9 p.p.

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

No 1T14, a linha de **despesas comerciais** representou 9,0% da receita líquida, apresentando um ganho de 1,4 p.p. em razão de uma melhora de 0,8 p.p. na PDD, refletindo uma melhora orgânica nessa linha, também beneficiada pela limpeza de base que fizemos no 4T13, e de 0,6 p.p. na linha de publicidade.

Observamos que, desde o 4T13, voltamos a apresentar a linha de “Provisionamento FIES” consolidada na PDD, em função tanto da perda de representatividade da primeira com o aumento orgânico da base FGEDUC ao longo de 2013 quanto, principalmente, das mudanças nas regras de contribuição para o FGEDUC anunciadas pelo FNDE no início deste ano. A partir de fevereiro, o risco é coberto pelo FGEDUC inclusive para contratos com fiador (nas proporções entre governo e mantenedoras já conhecidas) sendo que, em contrapartida, fazemos a contribuição de 5,63% também para os novos alunos com fiador, o que vem levando ao aumento no nível de deduções da receita referentes ao FGEDUC.

Ao final do 1T14, a distribuição de alunos FIES era de 83% com FGEDUC e 17% com fiador. Mais detalhes sobre como fazemos o provisionamento para os alunos que utilizam o financiamento podem ser encontrados no “Anexo I”, ao final desse release (pág. 25).

No 1T14, as **despesas gerais e administrativas** representaram 12,0% da receita líquida, uma melhora de 0,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal evolução veio em função dos ganhos de 0,2 p.p. em “Pessoal” e também de 0,3 p.p. em “Serviços de Terceiros”, graças aos ganhos de escala que conseguimos obter nessas linhas.

Devemos lembrar também que, como mencionamos desde o 2T13, a linha de “Pessoal” vem sendo impactada pelo aumento de *headcount* relacionado a investimentos em novas áreas que ainda gerarão receitas relevantes para a Companhia, como a Diretoria de Educação Continuada, de modo que essa linha poderá ser mais comparável nos próximos ciclos. Além disso, evoluímos ainda mais no processo de linearização de bônus nessa rubrica. Ainda assim, conseguimos novamente obter eficiência nessa rubrica.

Comentário do Desempenho

Tabela 11 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	(95,1)	(113,0)	18,8%
Despesas Comerciais	(42,9)	(48,6)	13,3%
PDD	(15,9)	(16,4)	3,1%
Publicidade	(27,1)	(32,2)	18,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(52,2)	(64,4)	23,4%
Pessoal	(25,4)	(31,4)	23,6%
Pessoal e encargos	(22,1)	(27,4)	24,0%
INSS	(3,3)	(3,9)	18,2%
Outros	(26,8)	(33,0)	23,1%
Serviços de terceiros	(12,8)	(15,2)	18,8%
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	(0,5)	(0,4)	-20,0%
Material de consumo	(0,5)	(0,4)	-20,0%
Provisão para contingências	(0,3)	0,1	N.A.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3,5	3,2	-8,6%
Outras	(16,2)	(20,2)	24,7%
Depreciação	(6,5)	(6,6)	1,5%

Tabela 12 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

%em relação à receita operacional líquida	1T13	1T14	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	-23,0%	-21,0%	2,0 p.p.
Despesas Comerciais	-10,4%	-9,0%	1,4 p.p.
PDD	-3,8%	-3,0%	0,8 p.p.
Publicidade	-6,6%	-6,0%	0,6 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-12,6%	-12,0%	0,6 p.p.
Pessoal	-6,1%	-5,8%	0,3 p.p.
Pessoal e encargos	-5,3%	-5,1%	0,2 p.p.
INSS	-0,8%	-0,7%	0,1 p.p.
Outros	-6,5%	-6,2%	0,3 p.p.
Serviços de terceiros	-3,1%	-2,8%	0,3 p.p.
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Material de consumo	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Provisão para contingências	-0,1%	0,0%	0,1 p.p.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	0,8%	0,6%	-0,2 p.p.
Outras	-3,9%	-3,8%	0,1 p.p.
Depreciação	-1,6%	-1,2%	0,4 p.p.

EBITDA

No 1T14, nosso **EBITDA** alcançou R\$129,4 milhões, um aumento de 48,6%, para uma **margem EBITDA** de 24,1%, 3,0 p.p. acima do registrado no 1T13, em função do ganho de margem tanto no custo quanto nas despesas comerciais, gerais e administrativas. Continuamos a crescer nosso EBITDA e obter ganhos de margem em um ritmo constante, sem sobressaltos, reflexo dos ganhos de escala com o crescimento da base de alunos, do nosso modelo de gestão e do nosso foco no longo prazo.

Tabela 13 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Comentário do Desempenho

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
Receita Operacional Líquida	413,3	538,2	30,2%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(231,0)	(295,9)	28,1%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(95,1)	(113,0)	18,8%
EBITDA	87,1	129,4	48,6%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>21,1%</i>	<i>24,1%</i>	<i>3,0 p.p.</i>

No conceito *same shops*, excluindo as aquisições realizadas nos últimos doze meses (FACITEC e ASSESC), o EBITDA do 1T14 somou R\$126,9 milhões, um aumento de 45,7%. A margem EBITDA subiu para 23,9%, um ganho de 2,8 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

Tabela 14 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) – Same shops

Em R\$ milhões	1T13	1T14 ex-aquisições	Variação
Receita Operacional Líquida	413,3	531,1	28,5%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(231,0)	(291,8)	26,3%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(95,1)	(112,4)	18,2%
EBITDA	87,1	126,9	45,7%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>21,1%</i>	<i>23,9%</i>	<i>2,8 p.p.</i>

Empresas Adquiridas

Apresentamos a seguir um quadro com o resultado do trimestre das empresas adquiridas nos últimos doze meses (FACITEC e ASSESC). Esse detalhamento será mantido até 12 meses após a data de cada aquisição para possibilitar o devido acompanhamento do desempenho da Companhia no conceito *same shops*. As aquisições realizadas em 2012 já estão consolidadas em nosso resultado, assim como foi feito para as empresas adquiridas em 2011.

Tabela 15 – Principais Indicadores das Empresas Adquiridas para o 1T14

Em R\$ milhões	FACITEC	ASSESC	Total
Receita Líquida	5,6	1,5	7,1
Lucro Bruto	2,3	0,6	2,9
<i>Margem Bruta</i>	<i>41,1%</i>	<i>40,0%</i>	<i>40,8%</i>
EBITDA	2,2	0,4	2,6
<i>Margem EBITDA</i>	<i>39,3%</i>	<i>26,7%</i>	<i>36,6%</i>
Lucro Líquido	2,0	0,3	2,3
<i>Margem Líquida</i>	<i>35,7%</i>	<i>20,0%</i>	<i>32,4%</i>

Resultado Financeiro

Tabela 16 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Comentário do Desempenho

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
Receitas Financeiras	11,3	40,5	258,4%
Multas e juros recebidos por atraso	3,1	4,8	56,4%
Rendimentos de aplicações financeiras	8,2	18,8	128,9%
Outras	0,1	16,9	30078,6%
Despesas Financeiras	(13,0)	(15,2)	16,9%
Despesas bancárias	(1,7)	(1,8)	5,9%
Juros e encargos financeiros	(6,1)	(8,5)	39,3%
Descontos financeiros	(3,8)	(2,5)	-34,8%
Outras	(1,4)	(2,4)	72,5%
Resultado Financeiro	(1,7)	25,3	N.A.

No 1T14, o resultado financeiro foi positivo em R\$25,3 milhões, apresentando uma melhora de R\$27,0 milhões em relação ao 1T13, basicamente influenciado pelo aumento de R\$10,6 milhões nos rendimentos de aplicações financeiras, como consequência da nossa maior posição de Caixa, e pelo montante de R\$16,6 milhões que apuramos na linha de Outras, referente à atualização monetária de valores retroativos ao reconhecimento de créditos a recuperar de PIS, relativos ao período de 1995 a 2005. Pelo lado das despesas, damos destaque novamente para a queda de 34,8% na linha de descontos financeiros.

Lucro Líquido

Tabela 17 – Conciliação do EBITDA para o Lucro Líquido

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
EBITDA	87,1	129,4	48,6%
Resultado Financeiro	(1,7)	25,4	N.A.
Depreciação	(18,0)	(19,5)	8,3%
Contribuição social	(0,3)	(2,5)	733,3%
Imposto de renda	(0,4)	(7,0)	1650,0%
Lucro Líquido	66,6	125,8	88,9%

No 1T14, nosso **lucro líquido** totalizou R\$125,8 milhões, um aumento expressivo de 88,9% em relação ao primeiro trimestre de 2013, como resultado do aumento de mais de 30% na receita líquida e do ganho de eficiência nas linhas de custo e despesa, que levaram ao crescimento de 49% do EBITDA. Devemos destacar a melhora expressiva do resultado financeiro pelas razões mencionadas na seção acima, que contribuíram significativamente para o aumento do lucro líquido no trimestre. Por outro lado, esse maior resultado financeiro gerou um aumento nas linhas de imposto de renda e contribuição social. Isso decorre da maior alíquota efetiva no trimestre, uma vez que o excesso de receitas financeiras sobre as despesas financeiras não goza do benefício fiscal que temos (calculado sobre o lucro da exploração).

No 1T14, nosso **lucro por ação** ficou em R\$0,43, um aumento de 86% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

FIES

A **base de alunos FIES** cresceu em relação ao encerramento de 2013, alcançando 102,1 mil alunos no fim do 1T13, um aumento de 108,8% sobre o 1T13 e 34,2% sobre o 4T13, representando 33,7% da nossa base de alunos de graduação presencial. Ao final de março, tínhamos ainda cerca de 20 mil alunos em processo de contratação do financiamento.

O número de calouros que aderiram ao FIES até o final do 1T14 foi de 26,1 mil alunos, o que representa 25% da captação total. Isso é mais um indício de que continuamos com a nossa política de usar o FIES de forma responsável, buscando incentivar o uso do financiamento para alunos com dificuldades de pagamento, tornando-o uma importante ferramenta no combate à evasão e ajudando a garantir a sustentabilidade do programa no longo prazo. Conforme comentado nos ciclos anteriores, o FIES não tem sido um *driver*

Comentário do Desempenho

primário para a atração de alunos para a Estácio, de modo que tem sido muito mais natural utilizar o programa para alunos que, ao chegarem ao ensino superior, descobrem que poderão não ter condições de chegar ao final do curso com seus próprios recursos.

Tabela 18 – Base de Alunos FIES*

Em mil	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	Var.
Alunos de Graduação Presencial	253,9	238,8	259,2	239,4	302,8	19,3%
Alunos FIES	48,9	61,1	72,6	76,1	102,1	108,8%
% de Alunos FIES	19,3%	25,6%	28,0%	31,8%	33,7%	14,4 p.p.

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

O número de **dias do contas a receber de alunos líquido** (mensalidades e acordos), incluindo recebíveis e receita líquida do FIES, apresentou uma redução de um dia em relação ao 1T13, caindo para 84 dias. Excluindo a receita líquida FIES e os recebíveis FIES do cálculo, nosso PMR ex-FIES ficou em 88 dias, quatro dias acima do 1T13. Destacando que, ao final de março, tínhamos ainda cerca de 20 mil alunos em processo de adesão ao FIES.

Tabela 19 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Contas a Receber Bruto	428,5	439,7	440,9	423,8	528,4
FIES	82,2	77,3	100,2	78,9	147,2
Mensalidades de alunos	289,9	307,7	263,3	289,4	305,3
Cartões a receber	27,1	23,8	31,4	25,3	32,9
Acordos a receber	29,3	30,9	46,0	30,2	43,0
Créditos a identificar	(3,6)	(3,6)	(1,9)	0,8	(1,3)
Saldo PDD	(77,6)	(90,2)	(83,9)	(90,0)	(92,0)
Contas a Receber Líquido	347,4	345,9	355,1	334,6	435,2
Receita Líquida (Últimos 12 meses)	1.466,0	1.568,1	1.656,7	1.731,0	1.856,0
Dias do Contas a Receber Líquido	85	79	77	70	84
Receita Líquida Ex- FIES (Últimos 12 meses)	1.138,9	1.153,1	1.162,1	1.162,0	1.173,2
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES e Receita FIES	84	84	79	79	88

Tabela 20 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento do FIES

Prazo médio de recebimento - FIES	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Contas a Receber FIES	82,2	77,3	100,2	78,9	147,2
Contas a Compensar FIES	0,4	0,5	0,3	0,4	0,5
Receita FIES (Últimos 12 meses)	332,7	424,2	512,7	593,9	716,5
Dedução FGEDUC (Últimos 12 meses)	(5,6)	(9,2)	(18,1)	(24,9)	(33,7)
Receita Líquida FIES (Últimos 12 meses)	327,1	415,0	494,6	569,0	682,8
Dias do Contas a Receber FIES	89	66	71	48	78

Nota: Fizemos uma alteração nas tabelas 19 e 20 para considerar a dedução da contribuição de 5,63% do FGEDUC na linha de "Receita Líquida FIES", o que não vinha sendo feito anteriormente dada a ainda baixa representatividade desta conta. Essa mudança afetou retroativamente o cálculo do prazo médio de recebimento FIES e Ex-FIES. Adicionalmente, a tabela está corrigida para os atrasos nos leilões de repasse FIES em dezembro e março.

No 1T14, o **contas a receber FIES** aumentou para R\$147,2 milhões, um aumento de R\$68,3 milhões em relação ao trimestre anterior, um reflexo normal da concentração do processo de aditamento dos contratos de financiamento no início do semestre letivo, além do próprio aumento da base de alunos FIES.

Comentário do Desempenho

O **contas a compensar** apresentou aumento de R\$19,2 milhões no 1T14, atingindo R\$63,6 milhões, em função de um novo atraso no leilão de recompra por parte do FNDE em março, o qual foi realizado normalmente nos primeiros dias de abril. Ajustando para o atraso de R\$63,1 milhões, o prazo médio de recebimento do FIES atingiu 78 dias, 11 dias abaixo do registrado no 1T13. Vale lembrar que, em janeiro, recebemos os R\$44,0 milhões referentes ao atraso no leilão de recompra de dezembro, além do leilão regular da competência do mês.

Tabela 21 – Movimentação do Contas a Receber FIES*

Contas a Receber FIES (R\$ milhões)	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Saldo Inicial	55,7	82,2	77,3	100,2	78,9
(+) Receita Líquida FIES	103,1	152,2	167,2	171,4	225,7
(-) Repasse	74,7	153,2	135,3	180,9	146,5
(-) PDD FIES	2,0	4,2	9,4	11,1	10,8
(+) Adquiridas	-	0,3	0,4	-0,7	-
Saldo Final	82,2	77,3	100,2	78,9	147,2

Tabela 22 – Movimentação do Contas a Compensar FIES*

Contas a Compensar FIES (R\$ milhões)	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Saldo Inicial	1,1	0,4	0,5	0,3	44,4
(+) Repasse	74,7	153,2	135,3	180,9	146,5
(-) Impostos	44,7	59,9	52,2	50,7	40,5
(-) Recompra em leilão	30,6	93,2	83,3	86,2	86,8
Saldo Final	0,4	0,5	0,3	44,4	63,6

Tabela 23 – Aging do Contas a Receber Bruto Total

Composição por Idade (R\$ milhões)	1T13	%	1T14	%
FIES	82,2	19%	147,2	28%
A vencer	91,6	21%	130,7	25%
Vencidas até 30 dias	88,8	21%	69,6	13%
Vencidas de 31 a 60 dias	26,6	6%	22,6	4%
Vencidas de 61 a 90 dias	13,7	3%	8,3	2%
Vencidas de 91 a 179 dias	48,0	11%	58,0	11%
Vencidas há mais de 180 dias	77,6	18%	92,0	17%
TOTAL	428,5	100%	528,4	100%

Tabela 24 – Aging dos Acordos a Receber¹

Composição dos Acordos por Idade (R\$ milhões)	1T13	%	1T14	%
A vencer	18,4	63%	28,7	55%
Vencidas até 30 dias	2,8	10%	3,7	10%
Vencidas de 31 a 60 dias	1,0	3%	2,1	7%
Vencidas de 61 a 90 dias	0,6	2%	1,3	6%
Vencidas de 91 a 179 dias	2,1	7%	3,5	11%
Vencidas há mais de 180 dias	4,5	15%	3,7	11%
TOTAL	29,3	100%	43,0	100%
%sobre o Contas a Receber Bruto	7%		8%	

¹Não considera acordos com cartões de crédito

Comentário do Desempenho

Nossa carteira de recebíveis permanece saudável no 1T14. Graças à continuidade de nossas políticas rigorosas para renegociação de dívidas, nesse trimestre contamos com apenas 8% do total de recebíveis originados de renegociações com alunos. O percentual de títulos já vencidos dentre os recebíveis de renegociações há mais de 60 dias representa 28% do total de acordos, ou seja, apenas 1,6% do total de nossa carteira de recebíveis.

Nossos critérios continuam rígidos, claros e objetivos, segundo os quais provisionamos 100% dos recebíveis vencidos há mais de 180 dias, complementados pelo provisionamento do FIES. As tabelas 25 e 26 demonstram como a nossa PDD é constituída e reconcilia os saldos de balanço com os valores que transitaram em resultado.

Tabela 25 – Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE

Em R\$ milhões	31/12/2013	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	31/03/2014
Mensalidades e taxa	71,1	34,6	(19,6)	14,9	(11,8)	74,2
Adquiridas	18,9	1,9	(1,3)	0,6	(1,7)	17,8
TOTAL	90,0	36,4	(20,9)	15,5	(13,5)	92,0

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Tabela 26 – Reconciliação dos Saldos da Provisão para Devedores Duvidosos no Balanço

	31/03/2014
Complemento da provisão	15,5
Efeitos das adquiridas no ato da aquisição	-
Total	15,5

Investimento (CAPEX e Aquisições)

Tabela 27 – Detalhamento dos Investimentos

Em R\$ milhões	1T13	1T14	Variação
CAPEX Total	13,8	37,2	169,6%
Manutenção	8,3	22,3	168,7%
Discrecionário, Expansão e Aquisições	5,5	14,9	170,9%
Modelo de Ensino	1,9	1,8	-5,3%
Nova Arquitetura de TI	1,5	1,9	26,7%
Projetos de Integração	-	0,1	N.A.
Projeto Tablet	2,1	5,4	157,1%
Expansão	-	4,9	N.A.
Aquisições	-	0,8	N.A.

O **CAPEX total** no 1T14 ficou em R\$37,2 milhões, 169,6% acima do registrado no 1T13, o qual havia sido um trimestre com um nível de CAPEX particularmente mais baixo do que nos outros trimestres de 2013. Desse modo, podemos destacar um aumento em praticamente todas as linhas em relação ao 1T13. Além do fato de termos um trimestre base para comparação abaixo do ritmo normal do CAPEX conforme citado acima, vale destacar que estamos acelerando o nosso processo de expansão, para acomodar melhor o crescimento da nossa base de alunos, e também procurando linearizar mais o CAPEX de Manutenção, evitando assim sobressaltos ao final de cada ano.

Nesse contexto, o **CAPEX de manutenção** totalizou R\$22,3 milhões no 1T14, um aumento de 168,7% em relação ao apresentado no mesmo trimestre de 2013, alocados principalmente em atualização de sistemas, equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. Investimos também cerca de R\$1,8 milhão no projeto do **Modelo de Ensino** (construção de conteúdo e desenvolvimento e

Comentário do Desempenho

produção EAD); R\$5,4 milhões no Projeto *Tablet*; e R\$1,9 milhão na aquisição de hardware e no desenvolvimento do nosso projeto de revisão da arquitetura de T.I., que visa substituir os nossos sistemas acadêmicos legados e também adequar o nosso hardware para o crescimento da Companhia.

Os investimentos em projetos de expansão, revitalizações e melhorias de unidades totalizaram R\$4,9 milhões em 2013 e referem-se a investimentos realizados em expansões de unidades já existentes e novas salas.

Capitalização e Caixa

Tabela 28 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	31/03/2013	31/12/2013	31/03/2014
Patrimônio líquido	1.371,3	1.517,6	1.647,1
Caixa e disponibilidades	747,5	739,2	758,1
Endividamento bruto	(309,8)	(322,8)	(328,1)
Empréstimos bancários	(278,8)	(274,9)	(280,0)
Curto prazo	(14,0)	(36,7)	(43,7)
Longo prazo	(264,8)	(238,2)	(236,4)
Compromissos a pagar (Aquisições)	(22,8)	(39,5)	(40,0)
Parcelamento de tributos	(8,1)	(8,4)	(8,0)
Caixa / Dívida líquida	437,7	416,4	430,0

No fim de março, a posição de **caixa e disponibilidades** totalizava R\$758,1 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. O **endividamento** bancário de R\$280,0 milhões corresponde basicamente à primeira emissão de debêntures da Companhia de R\$200 milhões, às linhas de financiamento junto ao IFC (primeiro empréstimo de R\$48,5 milhões e cerca de R\$20 milhões referentes ao segundo financiamento) e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638. Além disso, contamos com os compromissos a pagar referentes às aquisições realizadas, na ordem de R\$40,0 milhões, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados para determinar o nosso **endividamento bruto**, que totalizou R\$328,1 milhões no encerramento do ano, ligeiramente superior em relação ao 4T13. Dessa forma, o **caixa líquido** da Estácio ficou em R\$430,0 milhões no encerramento do 1T14.

Fluxo de Caixa

Nesse trimestre, mudamos nossa metodologia de divulgação do fluxo de caixa para melhor comparabilidade com as tabelas disponíveis nas informações trimestrais (ITR). A seguir, temos as principais linhas do nosso fluxo de caixa no trimestre, considerando o ajuste para os atrasos nos leilões de recompra FIES, tanto em dezembro no valor de R\$44,0 milhões, quanto em março no valor de R\$63,1 milhões, como se tivessem ocorrido em suas competências.

Tabela 29 – Fluxo de Caixa Trimestral

Comentário do Desempenho

Demonstrações dos fluxos de caixa (em R\$ milhões)	1T13	1T14
Lucro antes dos impostos e após o resultado das operações descontinuadas	67,3	135,3
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:	30,6	28,4
Resultado após conciliação das disponibilidades geradas	97,9	163,7
Variações nos ativos e passivos:	(75,4)	(105,1)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	22,5	58,6
CAPEX (Ex-Aquisições)	(13,8)	(36,4)
Fluxo de caixa operacional (FCO):	8,7	22,2
Outras atividades de investimentos:	7,7	17,3
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	16,4	39,5
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:	590,6	(1,6)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	607,0	37,9
Caixa no início do exercício	140,5	783,2
Aumento nas disponibilidades	607,0	37,9
Caixa no final do exercício	747,5	821,1

No 1T14, registramos um **fluxo de caixa operacional** foi positivo em R\$22,2 milhões, R\$13,5 milhões acima do apresentado no mesmo trimestre de 2013, já considerando o ajuste para os atrasos nos leilões de recompra FIES tanto em dezembro quanto em março. É importante ressaltar que o aumento nas variações de ativos e passivos é basicamente influenciada pelo aumento no Contas a Receber, muito em função do alto número de alunos (cerca de 20 mil) que ainda estavam aderindo ao FIES no final de março.

A **geração de caixa operacional antes de CAPEX** foi de R\$58,6 milhões, R\$36,2 milhões acima do apresentando no mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui quinze empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo doze mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne uma Universidade, quatro Centros Universitários e trinta e cinco faculdades, distribuídas em vinte Estados do país e no Distrito Federal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07 de maio de 2014, autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis intermediárias incluem: seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (Nota 2.24).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) /IAS 34 - "Demonstrações Intermediárias". Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 (R1) /IAS 34, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) - "Demonstrações Intermediárias" e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

Nas informações trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As informações relativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas nas informações contábeis intermediárias para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS). As práticas contábeis aplicadas nessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2013.

Para melhor comparabilidade das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013, a Companhia efetuou a reclassificação na demonstração do fluxo de caixa dos valores referentes às obrigações tributárias e IRPJ e CSLL pagos, não alterando o resultado da atividade operacional.

Os pronunciamentos CPC 36 (R3)/ IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", CPC 40 (R1)/ IFRS 7 - "Instrumentos financeiros: Evidenciação", CPC 45/ IFRS 12 - "Divulgações de Participações em outras Entidades" e CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração a Valor Justo", aplicáveis à Companhia e com vigência para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, não trouxeram impacto relevante para as suas informações contábeis intermediárias.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Direta - %	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	100	100
Estácio Editora ("EDITORA")	100	100
	Indireta - %	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	100	100
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	100
Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÃOLUIS")	100	100
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	100	100
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	100	100
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	100	100
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	100	100

O período de abrangência das informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Combinação de negócios

A Companhia não adquiriu ou firmou compromisso de compra no trimestre findo em 31 de março de 2014. As aquisições e compromissos de compra realizados no exercício de 2013 estão resumidas a seguir:

(i) Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas ("FACITEC")

Em 5 de abril de 2013, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC), com sede e campus na cidade de Taguatinga, no Distrito Federal. O valor da transação foi de R\$ 29.000 incluindo pagamentos aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Está previsto um pagamento adicional de R\$ 7 milhões caso a FACITEC venha a ser transformada em Centro Universitário até 31 de dezembro de 2014.

Na data da aquisição a FACITEC possuía cerca de 3.600 alunos distribuídos em 13 cursos de graduação e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão e livres.

(ii) Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")

Em 30 de novembro de 2013, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC"), com sede e campus na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. O valor da transação foi de R\$ 6.771 incluindo pagamentos aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Fundada em 1987, a ASSESC possui aproximadamente 915 alunos e 4.970 vagas. A ASSESC possui um portfólio de 10 cursos superiores cadastrados no MEC e o ticket médio mensal é de aproximadamente R\$ 570,00. Recebeu pelo MEC, o índice geral de cursos igual a 3.

(iii) União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")

Em 12 de setembro de 2013, a Estácio Participações S.A. formalizou o compromisso de compra da totalidade das ações ("Operação") da TCA Investimentos e Participações Ltda. ("TCA"), sociedade limitada empresária a ser transformada em sociedade anônima antes do fechamento da Operação, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, controladora da UNISEB - União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB").

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos nas datas da aquisições, realizadas em 2013:

	<u>FACITEC</u>	<u>ASSESC</u>	<u>Total</u>
Valor da aquisição			
Caixa	18.000	5.316	23.316
Compromissos a pagar	9.884	1.413	11.297
Contraprestação contingente (valor presente)	<u>5.770</u>		<u>5.770</u>
Total da Contraprestação	<u>33.654</u>	<u>6.729</u>	<u>40.383</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(1.120)	(1.225)	(2.345)
Ágio	<u>32.534</u>	<u>5.504</u>	<u>38.038</u>
Alocação do ágio			
Marca FACITEC	5.199	586	5.785
Licença de operação	433	397	830
Relacionamento com cliente	3.278	199	3.477
Goodwill	26.654	4.724	31.378
IR CS Diferidos	(3.030)	(402)	(3.432)
	<u>FACITEC</u>	<u>ASSESC</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	232	654	886
Clientes	1.462	464	1.926
Impostos e contribuições	3	78	81
Imobilizado	1.815	895	2.710
Intangível	21	5	26
Empréstimos e financiamentos	(180)		(180)
Fornecedores	(525)	(75)	(600)
Obrigações trabalhistas	(204)	(258)	(462)
Obrigações tributárias	(96)	(25)	(121)
Mensalidades recebidas antecipadamente	(130)		(130)
Parcelamentos	(704)		(704)
Provisões	(574)	(512)	(1.086)
Outras obrigações		(1)	(1)
Ativos líquidos adquiridos	<u>1.120</u>	<u>1.225</u>	<u>2.345</u>

2.4 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da liquidação do título.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.8 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("Provisão para devedores duvidosos - PDD" ou *impairment*).

2.9 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.10 Investimentos em controladas (aplicável somente para as informações contábeis intermediárias individuais)

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas informações contábeis intermediárias individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.12 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment).

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio (carteira de alunos)

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.13 *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.14 *Arrendamento mercantil*

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.15 *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis intermediárias da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.20 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

2.21 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.22 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais
	31 de dezembro de 2013
Margem bruta média (i)	41,5
Taxa de crescimento (ii)	5
Taxa de desconto (iii)	14,6

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 15,6% ao invés de 14,6%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (impairment) do ágio.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.26 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de informações contábeis intermediárias e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.27 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possuía operações com derivativos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.28 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB não estavam em vigor para o exercício findo em 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014. Esta norma não produz efeitos nas informações trimestrais da Companhia.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo 1.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidada	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e bancos	134	160	10.443	7.132
Caixa e equivalentes de caixa	134	160	10.443	7.132
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	95.277	100.846	99.428	107.692
Fundos de Investimento	151.866	145.184	159.420	153.825
Operações Compromissadas	367.564	408.475	488.806	470.534
Títulos e valores mobiliários	614.707	654.505	747.654	732.051
	<u>614.841</u>	<u>654.665</u>	<u>758.097</u>	<u>739.183</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxas variando de 90,0% a 103,0% em 31 de março de 2014 (de 94,2% a 101,6% em 31 de dezembro de 2013).

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de emissores de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 75% a 104,0% do CDI em 31 de março de 2014 (de 75,0% a 105,7% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

Os valores justos de títulos negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2014 - 10,40%; 2013 - 7,25%). Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

A aplicação em fundo exclusivo é lastreada por alocações financeiras em cotas de fundos de crédito privado, CDBs e operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha.

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de março de 2014 as operações são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Mensalidades de alunos	277.719	261.670
FIES (a)	147.233	78.885
Convênios e Permutas	27.596	27.762
Cartões a receber (b)	32.935	25.281
Acordos a receber	42.957	30.226
	<u>528.440</u>	<u>423.824</u>
Valores a identificar	(1.271)	797
Provisão para devedores duvidosos (c)	<u>(91.996)</u>	<u>(89.989)</u>
	<u><u>435.173</u></u>	<u><u>334.632</u></u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31 de março de 2014	%	31 de dezembro de 2013	%
FIES	147.233	28	78.885	19
A vencer	130.692	25	81.179	19
Vencidas até 30 dias	69.614	13	45.683	11
Vencidas de 31 a 60 dias	22.639	4	39.169	9
Vencidas de 61 a 90 dias	8.304	2	29.897	7
Vencidas de 91 a 179 dias	57.962	11	59.022	14
Vencidas a mais de 180 dias	<u>91.996</u>	<u>17</u>	<u>89.989</u>	<u>21</u>
	<u><u>528.440</u></u>	<u><u>100</u></u>	<u><u>423.824</u></u>	<u><u>100</u></u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31 de março de 2014	%	31 de dezembro de 2013	%
A vencer	28.693	67	16.732	55
Vencidas até 30 dias	3.712	9	3.157	10
Vencidas de 31 a 60 dias	2.141	5	2.055	7
Vencidas de 61 a 90 dias	1.257	3	1.866	6
Vencidas de 91 a 179 dias	3.484	8	3.225	11
Vencidas a mais de 180 dias	3.670	8	3.191	11
	42.957	100	30.226	100

- (a) As contas a receber FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. O saldo deste contas a receber apresentou crescimento de 87% em 31 de março de 2014 quando comparado a 31 de dezembro de 2013, explicado pelo reflexo normal da concentração do processo de aditamento dos contratos de financiamento no início do semestre letivo, além do próprio aumento da base de alunos FIES.

Em 2014, as contas a receber de FIES estão apresentadas pelo valor líquido das estimativas de perda conforme abaixo:

- (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% dos contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência.
 - (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
 - (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.
- (b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociação de mensalidades em atraso.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (c) A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Descrição	31 de dezembro de 2013	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	31 de março de 2014
Mensalidades e taxas	71.128	34.550	(19.630)	14.920	(11.818)	74.230
Adquiridas	18.861	1.861	(1.296)	565	(1.660)	17.766
	<u>89.989</u>	<u>36.411</u>	<u>(20.926)</u>	<u>15.485</u>	<u>(13.478)</u>	<u>91.996</u>

No período findo em 31 de março de 2014 e no exercício de 2013 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 25), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais, estava representada da seguinte forma:

	2014	2013
Complemento da provisão (i)	15.485	18.003
Baixa de cobrança e depósito não identificado		(2.561)
Outros		(640)
	<u>15.485</u>	<u>14.802</u>

- (i) A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para devedores duvidosos, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo vencimento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado		Indexação
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	
Ativo circulante					
Mútuo					
SESES	1.159	912			110% CDI
Nova Academia do Concurso	1	1			110% CDI
FAL	2	1			110% CDI
Fatern	3	2			110% CDI
IREP	214	138			110% CDI
Atual	8	4			110% CDI
Seama	21	3			110% CDI
Editora	6	6			110% CDI
FARGS	3	1			110% CDI
São Luís	5	3			110% CDI
Idez	1	0			110% CDI
Facitec	4	3			110% CDI
Sociedades controladas	1.427	1.074			
Pessoas ligadas			259	259	100% CDI
	1.427	1.074	259	259	
Fundo de investimento (i)			9.019	5.511	
			9.019	5.511	
Ativo não circulante					
AFAC - Investimentos					
IREP	6.607	27.918			
Nova Academia	300	1.450			
SESES	35.000	500			
	41.907	29.868			
	Controladora		Consolidado		Indexação
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	
Passivo circulante					
Sociedades controladas					
SESES	4.114	4.140			110% CDI
IREP	65	65			110% CDI
Atual	3	3			110% CDI
Nova Academia	3	3			110% CDI
FAL	1	1			110% CDI
Fatern	2	2			110% CDI
Seama	4	4			110% CDI
	4.192	4.218			

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Composição resultado**

	Controladora	
	2014	2013
Resultado em operações de mútuo		
Juros pagos	1	
Resultado líquido em 31 de março	1	

- (i) Em 31 de março de 2014, a Companhia possui R\$ 9.019 aplicados no fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP, cujas cotas foram adquiridas pelo Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do banco BTG Pactual. A GP Investimentos, acionista da Companhia até 20/09/2013, possui participação de 90,6% no capital social da BRZ Investimentos, gestora do Fundo BRZ. Os Conselheiros de Administração Srs. Eduardo Alcalay, Marcelo Cunha Ribeiro e Eduardo Romeu Ferraz tem relação com a GP Investimentos, na qualidade de Sócios Diretores e/ou Associados.

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Seguros	77	122	1.820	2.073
IPTU a apropriar			5.993	
Material didático (i)			24.063	12.932
Antecipação de férias e encargos			15.093	41.920
Taxa de Credenciamento - MEC			2.552	2.573
Outras despesas antecipadas			1.699	571
Total	77	122	51.220	60.069
Ativo circulante	77	122	48.208	57.515
Ativo não circulante			3.012	2.554
	77	122	51.220	60.069

- (i) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, parte no período e parte em período subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
IRPJ/IRRF	6.165	6.119	24.609	21.066
CSLL	1.031	828	6.132	4.600
PIS (i)	4	3	28.138	253
COFINS	6	1	939	848
ISS	77	77	18.442	17.601
INSS			4.694	11.112
FGTS			454	46
IOF	106	106	115	112
	7.389	7.134	83.523	55.638
Ativo circulante	1.666	651	57.790	30.004
Ativo não circulante	5.723	6.483	25.733	25.634
	7.389	7.134	83.523	55.638

- (i) No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia reconheceu um crédito de PIS referente a Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, referente aos anos de 1995 a 2005, representando o valor total e atualizado monetariamente pela Selic de R\$ 27.867.

8 Investimentos em controladas

	Controladora	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Sociedade de Ensino Superior Estácio Sá Ltda. - Seses	738.211	626.935
IREP-Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda.	549.204	484.405
Nova Academia de Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	16.495	16.280
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	(26)	(24)
	1.303.884	1.127.596

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações das controladas estão representadas a seguir:

2014								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial	
Seses	100%	356.077	928.045	224.834	703.211	35.000	57.558	
Irep	100%	233.487	719.690	239.535	480.155	6.607	63.624	
Nova Academia de Concurso	100%	6.705	4.406	2.229	2.177	300	(85)	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	41	72	(31)	5	(2)	
Total - 31 de março de 2014		1.652.182	466.670	1.185.512	41.907	76.465	121.095	
2013								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial	
Seses	100%	340.577	774.453	148.018	626.435	500	106.000	
Irep	100%	211.000	630.238	236.193	394.045	27.918	133.953	
Nova Academia de Concurso	100%	6.370	4.425	3.613	812	1.450	(1.510)	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	42	71	(29)	5	(6)	
Total - 31 de dezembro de 2013		1.409.158	387.895	1.021.263	29.868	76.465	238.437	

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos período e exercício findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012	818.052
Equivalência patrimonial	238.437
Aumento de capital	38.975
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.868
Dividendos	(58.118)
Reserva de retenção de lucros (i)	53.699
Opções outorgadas	6.683
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2013	1.127.596
Equivalência patrimonial	121.095
Aumento de capital	14.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	36.475
Opções outorgadas	3.719
Investimentos em controladas em 31 de março de 2014	1.303.884

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas IREP e SESES efetuaram propostas de dividendos no montante de R\$ 93.699. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de junho de 2013, relativa a esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 40.000, dos quais já foram pagos R\$ 26.000 e R\$ 14.000 em 26 de junho e 30 de outubro de 2013 respectivamente. O montante remanescente de R\$ 53.699 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de março de 2014.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível**Intangível - Controladora**

		<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de março de 2013</u>
		<u>Custo</u>	<u>Adições</u>
Custo			<u>Custo</u>
Direito de uso de software		7	4
Fundo de comércio		818	818
		825	4
			829
Taxas de amortização		<u>Amortização</u>	<u>Adições</u>
			<u>Amortização</u>
Depreciação			
Direito de uso de software	20% a.a.	(2)	(1)
Fundo de comércio	20% a.a.	(273)	(41)
		(275)	(42)
			(317)
Saldo residual líquido		550	(38)
			512
		<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de março de 2014</u>
		<u>Custo</u>	<u>Adições</u>
Custo			<u>Custo</u>
Direito de uso de software		28	28
Fundo de comércio		818	818
		846	846
Taxas de amortização		<u>Amortização</u>	<u>Adições</u>
			<u>Amortização</u>
Depreciação			
Direito de uso de software	20% a.a.	(8)	(1)
Fundo de comércio	20% a.a.	(437)	(41)
		(445)	(42)
			(487)
Saldo residual líquido		401	(42)
			359

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível - Consolidado

		31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013			
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Custo						
Ágio em aquisições de investimentos		204.190				204.190
Direito de uso de software EAD e Integração		70.565	3.713	(2.331)		71.947
CSC		14.656				14.656
Central de Ensino		1.940				1.940
Central de Relacionamento		46.837	1.886			48.723
Fundo de Comércio		2.348				2.348
Marcas e Patentes		17.133				17.133
Outros		2				2
		19.796	3.261			23.057
		377.467	8.860	(2.331)		383.996
Taxas de amortização		Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Amortização
Depreciação						
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)				(6.924)
Direito de uso de software EAD e Integração	20% a.a.	(39.515)	(2.629)			(42.144)
CSC	20% a.a.	(9.118)	(713)			(9.831)
Central de Ensino	20% a.a.	(1.403)	(97)			(1.500)
Central de Relacionamento	5% a.a.	(6.425)	(467)			(6.892)
Fundo de Comércio	20% a.a.	(939)	(117)			(1.056)
Marcas e Patentes	20% a.a.	(4.627)	(857)			(5.484)
Outros		(2)				(2)
	20% a.a.	(616)	(424)			(1.040)
		(69.569)	(5.304)			(74.873)
Saldo residual líquido		307.898	3.556	(2.331)		309.123

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

		31 de dezembro de 2013				31 de março de 2014	
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos		236.959		(524)		236.435	
Direito de uso de software EAD e Integração		90.353	7.635		59	98.047	
CSC		15.303	71			15.374	
Central de Ensino		1.940				1.940	
Central de Relacionamento		54.154	1.833			55.987	
Fundo de Comércio		2.348				2.348	
Outros		26.429	795			27.224	
		<u>35.504</u>	<u>2.623</u>			<u>38.127</u>	
		<u>462.990</u>	<u>12.957</u>	<u>(524)</u>	<u>59</u>	<u>475.482</u>	
		Taxas de amortização	Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Amortização
Depreciação							
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)					(6.924)
Direito de uso de software EAD e Integração	20% a.a.	(50.162)	(4.440)		(59)		(54.661)
CSC	20% a.a.	(11.851)	(359)				(12.210)
Central de Ensino	20% a.a.	(1.791)	(97)				(1.888)
Central de Relacionamento	5% a.a.	(8.420)	(577)				(8.997)
Fundo de Comércio	20% a.a.	(1.409)	(117)				(1.526)
Outros	20% a.a.	(10.797)	(84)				(10.881)
	20% a.a.	<u>(2.335)</u>	<u>(525)</u>				<u>(2.860)</u>
		<u>(93.689)</u>	<u>(6.199)</u>		<u>(59)</u>		<u>(99.947)</u>
Saldo residual líquido		<u>369.301</u>	<u>6.758</u>	<u>(524)</u>			<u>375.535</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

**Notas explicativas da administração às informações
contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ágio em aquisições de investimentos (Nota 2.3)		
IREP	89.090	89.090
ATUAL	15.503	15.503
Seama	18.035	18.035
Idez	2.047	2.047
Uniuol	956	956
Fargs	8.055	8.055
São Luís	27.369	27.369
Facitec	26.654	27.124
Assesc	4.724	4.778
FAL	8.076	8.076
FATERN	14.979	14.979
Nova Academia	14.018	14.018
Estacio Editora	5	5
	229.511	230.035

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2013, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 14,6% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado**Imobilizado - Controladora**

		31 de dezembro de 2012				31 de março de 2013
		Custo	Adições	Baixas	Custo	
Custo						
Computadores e periféricos		9.079				9.079
		9.079				9.079
	Taxa de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	
Depreciação						
Computadores e periféricos	25% a.a.	(5.372)	(591)			(5.963)
		(5.372)	(591)			(5.963)
Saldo residual líquido		3.707	(591)			3.116
		31 de dezembro de 2013				31 de março de 2014
		Custo	Adições	Baixas	Custo	
Custo						
Computadores e periféricos		10.090		(1.013)		9.077
		10.090		(1.013)		9.077
	Taxa de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	
Depreciação						
Computadores e periféricos	25% a.a.	(7.734)	(590)	1		(8.323)
		(7.734)	(590)	1		(8.323)
Saldo residual líquido		2.356	(590)	(1.012)		754

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado - Consolidado

		31 de dezembro de 2012				31 de março de 2013
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Custo						
Terrenos		19.480				19.480
Edificações		84.610	58			84.668
Benfeitorias em imóveis de terceiros		101.081	30		158	101.269
Móveis e utensílios		52.035	614	(15)		52.634
Computadores e periféricos		82.590	60	(7)		82.643
Máquinas e equipamentos		64.181	157	(34)		64.304
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		25.523	138	(6)		25.655
Biblioteca		78.792	220			79.012
Instalações		12.526	121			12.647
Tablets		18.701	2.052			20.753
Outros		6.457	236	(9)		6.684
Construções em andamento		24.328	1.209	(95)	(158)	25.284
Desmobilização		12.060				12.060
		582.364	4.895	(166)		587.093
	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação
Depreciação						
Edificações	1,67% a.a.	(38.159)	(284)			(38.443)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(65.217)	(2.207)			(67.424)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(27.347)	(865)			(28.212)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(53.826)	(3.022)			(56.848)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(37.906)	(1.504)			(39.410)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(11.390)	(292)			(11.682)
Biblioteca	5% a.a.	(33.077)	(764)			(33.841)
Instalações	8,33% a.a.	(4.911)	(245)			(5.156)
Tablets	20,00% a.a.	(1.718)	(546)			(2.264)
Outros	14,44% a.a.	(3.253)	(126)			(3.379)
Desmobilização		(10.900)	(365)			(11.265)
		(287.704)	(10.220)			(297.924)
Saldo residual líquido		294.660	(5.325)	(166)		289.169

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado - Consolidado

		31 de dezembro de 2013				31 de março de 2014	
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Custo							
Terrenos		19.480					19.480
Edificações		89.993	358	(450)	498		90.399
Benfeitorias em imóveis de terceiros		131.673	4.420		2.829		138.922
Móveis e utensílios		62.766	1.919	(70)			64.615
Computadores e periféricos		93.131	1.734	(255)			94.610
Máquinas e equipamentos		73.535	782	(98)			74.219
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		32.147	1.292	(30)			33.409
Biblioteca		96.448	1.744				98.192
Instalações		17.516	1.583				19.099
Tablets		32.126	5.248	(2)			37.372
Outros		10.020	86	(26)			10.080
Construções em andamento		11.131	5.423		(3.327)		13.227
Desmobilização		11.650		(12)			11.638
		<u>681.616</u>	<u>24.589</u>	<u>(943)</u>			<u>705.262</u>
		Taxas de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a.	(39.204)	(309)	67			(39.446)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(79.860)	(2.844)				(82.704)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(33.498)	(1.002)	58			(34.442)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(69.383)	(3.548)	285			(72.646)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(46.694)	(2.028)	278			(48.444)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(12.772)	(393)	28			(13.137)
Biblioteca	5% a.a.	(39.679)	(901)				(40.580)
Instalações	8,33% a.a.	(6.098)	(363)				(6.461)
Tablets	20,00% a.a.	(3.918)	(1.217)				(5.135)
Outros	14,44% a.a.	(4.906)	(185)	8			(5.083)
Desmobilização		(9.990)	(195)	114			(10.071)
		<u>(346.002)</u>	<u>(12.985)</u>	<u>838</u>			<u>(358.149)</u>
Saldo residual líquido		<u>335.614</u>	<u>11.604</u>	<u>(105)</u>			<u>347.113</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Veículos e máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

		31 de dezembro de 2013				31 de março de 2014
		Custo	Adições	Baixas		
Custo						
Arrendamentos financeiros capitalizados		48.392				48.392
		48.392				48.392
		Taxa de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação						
Arrendamentos financeiros capitalizados	25% a.a.	(35.625)	(1.418)			(37.043)
		(35.625)	(1.418)			(37.043)
Saldo líquido	contáb	12.767	(1.418)			11.349

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Modalidade	Encargos financeiros				
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% a.m e/ou CDI + 0,25% a.m			228	228
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a		1.010		1.010
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			4.637	5.721
Contratos de arrendamento mercantil Assist				486	653
Contratos de arrendamento mercantil CIT				1.010	0
Contratos de arrendamento mercantil Total Service				86	113
Aymoré Financiamentos	1,78% a.m				
Empréstimo IFC	CDI +1,53% a.a	65.220	64.395	65.220	64.395
Emissão de Debêntures	CDI +1,60% a.a	206.869	201.159	206.869	201.159
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú		34	34	34	34
Empréstimo - Banco do Brasil					
Empréstimo - FEE BNB	3% a.a			1.478	1.593
		<u>272.123</u>	<u>266.598</u>	<u>280.048</u>	<u>274.906</u>
Passivo circulante		38.484	31.246	43.658	36.692
Passivo não circulante		<u>233.639</u>	<u>235.352</u>	<u>236.390</u>	<u>238.214</u>
		272.123	266.598	280.048	274.906

Os custos de captação somam R\$ 3.380 em 31 de março de 2014, sendo R\$ 2.437 dos empréstimos com o IFC (R\$ 537 do 1º empréstimo e R\$ 1.900 do 2º empréstimo) e R\$ 943 das debêntures. A taxa efetiva de juros das debêntures (TIR) anual é de 11,49%.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	47.291	49.118	48.336	51.310
2016	68.646	68.613	70.022	69.067
2017	88.646	88.613	88.976	88.829
2018	8.875	8.863	8.875	8.863
2019	8.875	8.863	8.875	8.863
2020	8.876	8.863	8.876	8.863
2021	<u>2.430</u>	<u>2.419</u>	<u>2.430</u>	<u>2.419</u>
Passivo não circulante	<u>233.639</u>	<u>235.352</u>	<u>236.390</u>	<u>238.214</u>

Os recursos captados estão sendo utilizados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita, a aquisições de empresas do setor e/ou a criação de novos campi.

As condições de recompra de ações estão detalhadas na Nota 21.

(a) Contratos de arrendamento mercantil

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avaliadas pelos sócios e os próprios bens arrendados, no valor de R\$ 48.392.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimo IFC

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e UNESA em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000.

Esses empréstimos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Debêntures

Assim como os contratos de empréstimos com o IFC, as debêntures também possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. A presente emissão não possuía cláusula de repactuação. Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano.

A data de emissão foi em 25 de novembro de 2011 e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro).

Abaixo o fluxo de pagamento das debêntures:

	2014
2014	27.555
2015	39.771
2016	59.771
2017	79.772
	206.869

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 12,31% (2013 - 11,52%).

Os valores dos empréstimos do Grupo são denominados em reais.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Salários e encargos sociais a pagar	135	135	83.411	64.956
Provisão de férias			31.200	14.716
Provisão de 13º salário			10.060	
	<u>135</u>	<u>135</u>	<u>124.671</u>	<u>79.672</u>

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
ISS a recolher	5	4	16.695	13.212
IRRF a recolher	22	40	6.176	6.282
PIS e COFINS a recolher	22	(7)	729	759
IOF			384	384
	<u>49</u>	<u>37</u>	<u>23.984</u>	<u>20.637</u>
IRPJ a recolher	2.760	1.551	15.057	9.660
CSLL a recolher	1.007	568	5.659	3.725
	<u>3.767</u>	<u>2.119</u>	<u>20.716</u>	<u>13.385</u>
	<u>3.816</u>	<u>2.156</u>	<u>44.700</u>	<u>34.022</u>

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
IRPJ	67	67
CSLL	107	107
FGTS	12	12
ISS	1.039	1.008
PIS	85	85
COFINS	322	323
INSS	6.410	6.832
	<u>8.042</u>	<u>8.434</u>
Passivo circulante	1.392	1.495
Passivo não circulante	6.650	6.939
	<u>8.042</u>	<u>8.434</u>

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	488	777
2016	777	777
2017	777	777
2018 a 2027	4.608	4.608
	6.650	6.939

15 Compromissos a pagar

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Fal	535	785
Fatern	1.565	1.529
Seama	2.054	2.011
Idez	222	217
Fargs	1.133	1.108
Uniuol	472	461
Facitec	19.663	19.032
São Luis	13.161	12.848
Assesc	1.211	1.481
	40.016	39.472
Passivo circulante	22.266	22.206
Passivo não circulante	17.750	17.266
	40.016	39.472

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: taxa SELIC ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****16 Provisões para contingências**

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado			
	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Provisão contingências	Depósitos Judiciais	Provisão contingências	Depósitos Judiciais
Cíveis	2.876	17.960	3.250	17.491
Trabalhistas	25.451	80.821	25.130	78.319
Tributárias		14.718		8.248
	<u>28.327</u>	<u>113.499</u>	<u>28.380</u>	<u>104.058</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		25.130	3.250	28.380
Adições		3.513	415	3.928
Reversões		(3.192)	(789)	(3.981)
Saldos em 31 de março de 2014		<u>25.451</u>	<u>2.876</u>	<u>28.327</u>

No período findo em 31 de março de 2014, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

	2014	2013
Composição resultado		
Adições	3.928	10.139
Reversões	(3.981)	(9.575)
Reversão Responsabilidade antigos quotistas		(212)
Outros		(70)
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	<u>(53)</u>	<u>282</u>

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Em milhares de reais
Indenização danos morais	2.022
Cobrança indevida	489
Impedimento de matrícula/rematrícula	60
Problemas com disciplina	41
Devolução de taxas	40
Demora expedição de diploma	31
Outros*	193
	2.876

- Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Cíveis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Diferenças salariais+ Redução de carga horária + Multa CCT + FGTS + Aviso	5.495
Multas (ART. 467 CLT, ART. 477 CLT E CCT/ACT)	4.049
Horas extras + Supressão Inter + Intra	3.568
Dano Moral/Material/Assédio Moral	2.799
Retificação CTPS + Rescisão indireta + Reconhecimento vínculo	1.541
Férias	1.445
Adicionais (insalubridade/noturno/aprimoramento/ tempo de serviço/periculosidade)	963
Desvio de função e equiparação	868
Outros*	4.723
	25.451

(*) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

(c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, em razão da inexistência de processos classificados com risco de perda provável, a Administração entendeu ser desnecessária a manutenção de qualquer provisão para tais ações.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Tributárias	349.880	348.689
Cíveis	89.331	89.038
Trabalhistas	68.642	71.309
	507.853	509.036

Dentre as principais ações classificadas como perda possível, podemos destacar as ações descritas abaixo:

- (i) Em 2011, foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foram interpostos recursos administrativos, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 190.046. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível;
- (ii) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. . Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 11.900; e

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em razão da divergência de entendimento acerca do previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), conforme mencionado no item (ii) acima, foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 68.623. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17 Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de março de 2014, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 11.306 (R\$ 12.028 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

18 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de março de 2014 o capital social é representado por 295.212.146 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é como segue:

	Ações ordinárias			
	31 de março de 2014	%	31 de dezembro de 2013	%
Acionistas				
Administradores e Conselheiros	3.362.331	1,1	3.379.507	1,2
Tesouraria	1.796.700	0,6	1.796.700	0,6
Outros (*)	290.053.115	98,3	290.035.939	98,2
	<u>295.212.146</u>	<u>100,0</u>	<u>295.212.146</u>	<u>100,0</u>

(*) Free float.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante 2013, a Companhia realizou oferta pública de ações e, como resultado, o seu capital social foi aumentado em R\$ R\$ 616.858 correspondentes a 44.061.300 ações. Também durante 2013, a Companhia teve seu capital social aumentado em R\$ 24.510, correspondentes a 3.634.793 ações, como resultado do exercício de opção de compra de ações.

Nas Assembleias de 15 de abril, 02 de maio, 29 de agosto e 28 de novembro de 2013, foram aprovadas a emissão privada de 2.106.747, 14.214, 1.397.436 e 116.396 ações ordinárias nominativas, respectivamente, sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia nos valores de R\$ 14.306, R\$ 105, R\$ 9.409 e R\$ 826, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2013, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, à razão de 1 (uma) ação atualmente existente em 3 (três) ações da mesma classe e espécie ("Desdobramento"). A alteração modificou a quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia.

Em 20 de setembro de 2013, a Estácio Participações S.A., em cumprimento ao que estabelece o artigo 12, parágrafo 4º, da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada pela Instrução CVM nº 449, de 16 de março de 2007, comunicou ter recebido da Private Equity Partners C, LLC e o GPCP4- Fundo de Investimento em participações, correspondência na qual informou à Companhia que, em 19 de setembro de 2013, alienou a totalidade de sua participação acionária na Companhia, cuja liquidação de referida venda se deu somente no dia 23 de setembro de 2013.

Em 31 de março de 2014, o capital está dividido em 295.212.146 ações ordinárias nominativas.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2012 (após desdobramento)	247.516.053
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- Fato relevante 24 de janeiro de 2013	38.314.176
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- Ata do Conselho de Administração 31 de janeiro de 2013	5.747.124
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- AGE 15 de abril de 2013	2.106.747
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 02 de maio de 2013	14.214
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 29 de agosto de 2013	1.397.436
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 28 de novembro de 2013	<u>116.396</u>
Em 31 de março de 2014 (*)	<u>295.212.146</u>

As ações que compõem o capital não possuem valor nominal.

(*) No trimestre findo em 31 de março de 2014 não houve movimentação das ações do capital.

O custo com emissão de ações referente à oferta pública no exercício de 2013 foi de R\$ 24.033.

(c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de maio de 2010, foi aprovado, por unanimidade, o 1º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 1.527.788 ações ordinárias equivalente à 7,21% do capital social.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 11 de maio de 2011 o programa foi encerrado e foram adquiridas 59.000 (cinquenta e nove mil) ações ordinárias, equivalente a 3,86% do total de ações previstas para o Programa.

Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o 2º Programa de Recompra de Ações, que teve por objetivo aplicar recursos disponíveis, observado o limite do saldo de lucros ou reservas em 31 de dezembro de 2010, de forma a maximizar a geração de valor para o acionista, dentro de um limite estipulado de até 3.323.796 ações ordinárias equivalente à 5% do capital social da Companhia.

Em complemento ao 2º Programa de Recompra, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 27 de setembro de 2011, autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI mais spread.

Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra com derivativos, sendo a primeira call exercida em 17 de setembro de 2012.

O programa foi encerrado em 15 de abril de 2013 após o exercício da última call, no total a Companhia exerceu a opção de compra de 1.007.700 (um milhão sete mil e setecentas) ações após desdobramento a um preço médio de R\$ 21,27 (R\$ 7,09 após desdobramento).

	Quantidade	Custo médio	Saldo
Ações em tesouraria em 31 de março de 2014	1.796.700	6,32	11.348

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor do ágio na subscrição de ações nas informações contábeis intermediárias no período findo em 31 de março de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, é composto da seguinte forma:

	Controladora	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
	<u>96.565</u>	<u>96.565</u>

- (i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 3.719 durante o trimestre findo em 31 de março de 2014 (R\$ 6.683 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013), conforme mencionado na Nota 21(b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2013, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 174.354 a reserva de retenção de lucros (2012- R\$ 78.152), objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração. A Assembleia Geral Ordinária foi realizada em 30 de abril de 2014.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais aproximam-se ao valor de mercado.

(d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois o Grupo não possui operações significativas em moeda estrangeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de março de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2014				
Fornecedores	40.295			
Empréstimos	60.337	76.453	203.348	23.014
Obrigações com arrendamento financeiro	4.492		1.728	
Compromissos a pagar	22.266	4.245	16.227	
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	40.429			
Empréstimos	57.071	74.401	200.896	24.549
Obrigações com arrendamento financeiro	4.763		1.725	
Compromissos a pagar	22.206	4.420	12.846	

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 26 de fevereiro de 2014 (10,75% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI				
	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras	CDI	10,65%	13,31%	15,98%
R\$ 747.654		79.625	99.531	119.438
Debêntures	CDI+1,60	10,65%	13,31%	15,98%
R\$ (207.812)		(25.811)	(31.433)	(37.054)
IFC I	CDI+1,53	10,65%	13,31%	15,98%
R\$ (47.200)		(5.826)	(7.102)	(8.378)
IFC II	CDI+1,69	10,65%	13,31%	15,98%
R\$ (20.457)		(2.561)	(3.115)	(3.669)
Posição líquida		45.427	57.881	70.337

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Cenário queda do CDI		
	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
		(I)		
Operações				
Aplicações financeiras	CDI	10,65%	7,99%	5,33%
R\$ 747.654		79.625	59.719	39.813
Debêntures	CDI+1,60	10,65%	7,99%	5,33%
R\$ (207.812)		(25.811)	(20.190)	(14.568)
IFC I	CDI+1,53	10,65%	7,99%	5,33%
R\$ (47.200)		(5.826)	(4.550)	(3.274)
IFC II	CDI+1,69	10,65%	7,99%	5,33%
R\$ (20.457)		(2.561)	(2.007)	(1.453)
Posição líquida		45.427	32.972	20.518

(f) Gestão de capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Total do passivo	677.496	621.009
(-) Caixa e equivalente de caixa	(10.443)	(7.132)
Dívida líquida	667.053	613.877
Patrimônio líquido	1.647.122	1.517.642
Dívida líquida sobre patrimônio	0,40	0,40

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

(h) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais durante os período e exercício findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

20 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	53.876	53.876
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	200	200
Vida em grupo	354.120	353.160
Demais ramos	2.720	2.720

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de março de 2013, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 1.560 e R\$ 1.331, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21(b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O Volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pago pela Companhia, a partir da data de celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o preço de exercício das opções será de R\$ 19,00 (dezenove reais) equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às informações
contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Conforme mencionado na Nota 18, em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie. Em 31 de dezembro de 2013 o capital está dividido em 295.212.146 ações ordinárias nominativas.

Em 31 de dezembro de 2013 o número de opções outorgadas que tenham sido exercidas era de 5.090.856 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 12.021.154 ações.

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade Anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 3,35	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	11	727.668	521.100
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 4,14	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	12	727.626	550.176
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 4,68	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	13	727.626	564.720
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 5,36	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	14	727.626	564.720
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,70	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	15	727.626	564.720
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 1,06	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	11	663.645	-
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,71	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	12	663.633	399.999
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,14	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	13	663.633	399.999
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,37	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	14	663.633	399.999
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,67	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	15	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,02	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	11	636.369	18.180
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,66	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	12	636.363	72.729
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,07	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	13	636.363	72.729
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,37	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	14	636.363	72.729
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,56	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	15	636.363	72.729
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 2,37	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	11	174.582	-
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,10	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	12	174.537	32.727
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,59	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	13	174.537	32.727
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	14	174.537	32.727
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,21	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	15	174.537	101.814
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,73	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	11	89.115	10.914
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,55	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	12	89.085	38.181
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 5,11	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	13	89.085	38.181
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,53	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	14	89.085	52.725
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,80	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	15	89.085	52.725
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	11	90.909	-
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,96	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	12	90.909	-
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,50	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	13	90.909	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,91	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	14	90.909	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	15	90.909	-
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,05	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	11	129.702	39.063
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,87	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	12	129.684	39.063
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	13	129.684	48.438
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,80	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	14	129.684	48.438
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,04	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	15	129.684	48.438
Programa 2P nov/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,36	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	11	12.000	-
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,22	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	12	12.000	-
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,80	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	13	12.000	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,24	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	14	12.000	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,52	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	15	12.000	-
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,96	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	11	195.861	10.170
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	12	195.807	35.592
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,69	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	13	195.807	51.072
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,22	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	14	195.807	51.072
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 5,57	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	15	195.807	51.072
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,15	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	11	165.324	12.717
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,13	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	12	165.240	45.759
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,78	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	13	165.240	61.011
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,28	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	14	165.240	61.011
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	15	165.240	61.011
Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,65	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	11	306.000	33.000
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,34	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	12	306.000	42.000
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,79	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	13	306.000	42.000
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,13	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	14	306.000	42.000
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 3,35	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	15	306.000	42.000
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,80	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	11	48.000	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,53	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	12	48.000	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,03	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	13	48.000	-
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,43	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	14	48.000	-
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,69	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	15	48.000	-
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 7,19	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	12	15.000	-
	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,76	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	13	15.000	-
	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,24	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	14	15.000	-
	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,67	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	15	15.000	-
	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,96	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	16	15.000	-

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Programa 4P jan/13	10/01/2014	10/01/2024	R\$ 8,50	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	11	160.200	7.200
	10/01/2015	10/01/2025	R\$ 8,64	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	12	160.200	7.200
	10/01/2016	10/01/2026	R\$ 8,79	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	13	160.200	7.200
	10/01/2017	10/01/2027	R\$ 8,93	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	14	160.200	7.200
	10/01/2018	10/01/2028	R\$ 9,07	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	15	160.200	7.200
Programa 5P 3	01/03/2014	01/03/2024	R\$ 8,01	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	11	144.000	-
	01/03/2015	01/03/2025	R\$ 8,70	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	12	144.000	-
	01/03/2016	01/03/2026	R\$ 9,30	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	13	144.000	-
	01/03/2017	01/03/2027	R\$ 9,84	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	14	144.000	-
	01/03/2018	01/03/2028	R\$ 10,32	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	15	144.000	-
Programa 6P out13	10/04/2014	10/04/2024	R\$ 6,41	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	11	265.000	-
	10/04/2015	10/04/2025	R\$ 7,22	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	12	265.000	-
	10/04/2016	10/04/2026	R\$ 7,92	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	13	265.000	-
	10/04/2017	10/04/2027	R\$ 8,56	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	14	265.000	-
	10/04/2018	10/04/2028	R\$ 9,13	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	15	265.000	-

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de março de 2014 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 3.719 no período findo em 31 de março de 2014 (R\$ 6.683 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de março de 2014.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	7,00	570.141	22,07	2.110.233
Transferência para CA			6,58	1.250.472
Concedidas			6,63	734.214
Exercidas			7,00	1.023.834
	7,00	570.141	7,00	570.141

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conselho de administração

	<u>31 de março de 2014</u>		<u>31 de dezembro de 2013</u>	
	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>
1º de janeiro	6,67	30.000	22,07	30.000
Transferência da D.E			6,58	1.250.472
Concedidas			6,32	725.454
Exercidas			6,67	1.975.926
	<u>6,67</u>	<u>30.000</u>	<u>6,67</u>	<u>30.000</u>

22 Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de março de 2014.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação, sendo que as informações referentes ao exercício findo em 31 de março de 2013 estão sendo reapresentadas em função do desdobramento de ações detalhado na nota 18 (a):

(a) Lucro por ação básico

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	125.761	66.642
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>295.212.146</u>	<u>291.577.353</u>
Lucro líquido por ação básico	<u>0,00043</u>	<u>0,00023</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Lucro por ação diluído

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	125.761	66.642
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	295.212.146	291.577.353
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>78.109</u>	<u>3.006.702</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>295.290.255</u>	<u>294.584.055</u>
Lucro líquido por ação diluído	<u><u>0,00043</u></u>	<u><u>0,00023</u></u>

23 Receita líquida de serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta das atividades	793.732	613.786
Deduções da receita bruta	(255.527)	(200.532)
Gratuidades - bolsas de estudo	(218.540)	(174.281)
Devolução de mensalidades e taxas	(3.893)	(3.778)
Descontos concedidos	(1.379)	(2.471)
Impostos	(21.432)	(18.425)
FGEDUC	<u>(10.283)</u>	<u>(1.577)</u>
Receita líquida das atividades	<u><u>538.205</u></u>	<u><u>413.254</u></u>

24 Custos dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoal e encargos sociais	(232.087)	(179.422)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(6.315)	(7.166)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(43.252)	(30.530)
Correios e Malotes	(499)	(465)
Depreciação e amortização	(12.910)	(11.569)
Material didático	(6.010)	(6.566)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	<u>(7.645)</u>	<u>(6.895)</u>
Custos dos serviços prestados	<u><u>(308.718)</u></u>	<u><u>(242.613)</u></u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(15.485)	(14.802)
Publicidade			(23.707)	(20.964)
Vendas e marketing			(8.457)	(6.097)
Outras			(953)	(1.079)
Despesas comerciais			(48.602)	(42.942)
Pessoal e encargos sociais	(355)	(381)	(31.375)	(25.447)
Serviços de terceiros	(575)	(851)	(15.223)	(12.816)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(400)	(493)
Material de consumo			(398)	(468)
Manutenção e reparos	(7)	(2)	(6.168)	(4.481)
Depreciação e amortização (i)	(966)	(815)	(6.607)	(6.470)
Convênios educacionais	(68)		(1.836)	(1.478)
Viagens e estadias	(29)	(31)	(2.145)	(644)
Condenações cíveis	(9)	(2)	(3.689)	(2.510)
Eventos institucionais			(554)	(177)
Provisão para contingências			53	(282)
Outras	(203)	(745)	(5.838)	(6.913)
Despesas gerais e administrativas	(2.212)	(2.827)	(74.180)	(62.179)

(i) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 334.

26 Outras receitas operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas com convênios	450	407	752	749
Receitas de aluguéis			1.915	2.493
Intermediação de negócios				84
Outras receitas(Despesas) operacionais	(1)		551	178
	<u>449</u>	<u>407</u>	<u>3.218</u>	<u>3.504</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****27 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			4.796	3.069
Rendimentos de aplicações financeiras	15.707	7.413	18.816	8.212
Variação monetária ativa (i)		11	16.879	12
Outras	42	29	44	44
	<u>15.749</u>	<u>7.453</u>	<u>40.535</u>	<u>11.337</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(32)	(16)	(1.762)	(1.700)
Juros e encargos financeiros	(7.528)	(5.436)	(8.508)	(6.094)
Descontos financeiros (ii)			(2.509)	(3.832)
Outras	(112)	(67)	(2.395)	(1.391)
	<u>(7.672)</u>	<u>(5.519)</u>	<u>(15.174)</u>	<u>(13.017)</u>

(i) Corresponde à atualização de impostos a recuperar. A variação monetária ativa apresentou um crescimento no trimestre findo em 31 de março de 2014 quando comparada a 31 de março de 2013, principalmente explicado pelo reconhecimento do crédito de PIS, conforme mencionado na Nota 7.

(ii) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

28 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos período e exercício findos em 31 de março de 2014 e 2013 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	127.409	66.642	135.284	67.344
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(43.319)	(22.658)	(45.997)	(22.897)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(52)	(34)
Equivalência patrimonial	41.171	22.823		
Amortização de Ágio	(14)		2.362	
Despesas não dedutíveis (a)	(201)	(67)	(2.367)	(431)
Prejuízo fiscal	709	(98)	709	(514)
Despesas com desmobilização				(123)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas			(30)	
Provisão para contingências			29	(96)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			4.423	(2.720)
Reversões de provisões administrativas				
Lei Rouanet				268
Outras	6		(115)	48
	(1.648)		(41.038)	(26.499)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			33.696	23.638
Imposto de renda e contribuição Social correntes no resultado do exercício	(1.648)		(7.342)	(2.861)
Alíquota efetiva - %	(1,29)		(5,43)	(4,25)

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição Social correntes	(1.648)		(7.342)	(2.861)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(2.181)	2.328
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores				(169)
	(1.648)		(9.523)	(702)

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de março de 2014 as controladas SESES e IREP possuem crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 6.182. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Provisão para contingências	11.545	11.532
Mensalidades a cancelar	4.200	2.273
Mensalidades a faturar	(2.602)	
Provisão para desmobilização	3.394	3.424
Amortização ágio	(9.018)	(8.596)
Outros ativos	72	
Outros passivos	(1.409)	
	<u>6.182</u>	<u>8.633</u>
Ativo	17.571	16.999
Passivo	(11.389)	(8.366)
	<u>6.182</u>	<u>8.633</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 31 março de 2014 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de março de 2014 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos no montante de R\$ 9.019 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de março de 2014 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 13.623 (R\$ 14.332 em 31 de dezembro de 2013) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

Em novembro de 2013 foi editada a medida provisória número 627- MP introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Transição Tributária - RTT. A Companhia e suas controladas, apoiada pelos seus assessores tributários, analisaram os dispositivos desta MP, as implicações na opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, concluindo que não há efeitos materiais sobre essas informações contábeis intermediárias.

A Companhia e suas controladas aguardam o desfecho de prováveis alterações parlamentares a serem introduzidas à MP para decidir a opção fiscal para o exercício de 2015. Esta análise deverá ser revisada pela Administração quando promulgada a lei, uma vez que poderão existir ajustes ou alterações em sua redação final.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014 (Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Outras informações

- (a) Contas a compensar - Sistema FIES, no ativo circulante, referem-se a valores disponíveis do programa de Financiamento Estudantil para posterior compensação com tributos federais ou, em caso de opção, realização em caixa.
- (b) Mensalidades recebidas antecipadamente, no passivo circulante, referem-se a valores recebidos antecipadamente de alunos em troca de descontos. São apropriados no resultado mediante a prestação do serviço ao aluno pela Companhia.
- (c) Provisão para desmobilização de ativos, no passivo não circulante, são gastos a serem incorridos com a desmobilização de unidades de ensino alugadas para recuperá-las ou colocá-las nas suas características originais, anteriores ao início do aluguel. Esse montante é calculado por engenheiros e levam em consideração os termos dos contratos de aluguel.

30 Eventos subsequentes

Em 22 de abril de 2014 a Companhia aprovou a emissão privada de 2.182.342 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com o consequente aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 17.365.412,41.

A autorização para o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes

sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Estácio Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Estácio Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações

intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda

Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS RELATIVAS AO 1º TRIMESTRE DE 2014

Realizada a apresentação das Informações Trimestrais relativas ao 1º trimestre de 2014 pela administração da Companhia e com fundamento no parecer dos Auditores Externos PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais consoante as disposições do artigo 163 da lei nº. 6.404/ 76, manifestaram-se favoravelmente às informações trimestrais findas em 31 de março de 2014. Sendo de parecer que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2014.

Emanuel Sotelino Schifferle

Membro suplente

Rodrigo Magela Pereira

Membro efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Estácio Participações

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos as informações intermediárias de 31 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2014.

Rogério Frota Melzi,

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon,

Marcos de Oliveira Lemos,

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça,

Miguel Filisbino Pereira de Paula,

Gilberto Teixeira de Castro e

João Luis Tenreiro Barroso.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Estácio Participações

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos as informações intermediárias de 31 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2014.

Rogério Frota Melzi,

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon,

Marcos de Oliveira Lemos,

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça,

Miguel Filisbino Pereira de Paula,

Gilberto Teixeira de Castro e

João Luis Tenreiro Barroso.